

Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos

Ana Paula Lima dos Santos
Mara Eliane Fonseca Rodrigues

Resumo: Devido à discussão em torno da cientificidade da Biblioteconomia, este texto procura resgatar sua trajetória para melhor compreender o processo constitutivo desse campo disciplinar e para situá-lo nas mudanças paradigmáticas ocorridas até o momento. Para entender os elementos que constituem esse campo, a discussão do tema parte do significado da palavra Biblioteconomia, buscando localizar a sua origem por meio dos processos de organização e preservação da informação registrada ao longo do tempo. Em seguida, são destacados os estudos que se constituem no arcabouço teórico e prático da Biblioteconomia, tendo em conta que se trata de uma disciplina que sistematiza conhecimentos relativos a organização e administração de bibliotecas, incluindo todos os procedimentos que envolvem a manutenção e atividades dessas instituições. Após, considerando o questionamento da cientificidade da Biblioteconomia, o texto situa a área no atual quadro paradigmático.

Palavras-Chave: Biblioteconomia. Cientificidade da Biblioteconomia. História da Biblioteconomia. Fundamentos da Biblioteconomia.

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia é considerada uma das mais antigas disciplinas que se ocupa do acesso à informação e de sua transmissão porque está intrinsecamente ligada ao surgimento da biblioteca. Ortega (2004, p. 1), ao discutir as relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação parte “[...] das primeiras evidências de organização de documentos segundo seus conteúdos, apontando esses processos e as bibliotecas primitivas da antiguidade que os realizavam como a origem do que depois foi denominado Biblioteconomia”.

A necessidade de organizar, conservar e divulgar os documentos, desde o início da escrita até a época moderna, levou as bibliotecas a criarem uma série de procedimentos e métodos que, apesar de possuírem caráter eminentemente técnico, visando à resolução de problemas práticos, formaram um conjunto de técnicas e de questões envolvendo a rotina dessas técnicas que, ao longo do tempo, se constituíram na base da futura disciplina Biblioteconomia.

Desse modo, podemos dizer que desde seu início os saberes biblioteconômicos estão voltados para a reflexão sobre a aplicação das práticas e normas à criação, organização e

administração das bibliotecas. Essa característica levou a Biblioteconomia a ser considerada uma área cientificamente pouco fundamentada. Ortega (2004, p. 13), no estudo já citado, conclui que apesar da Biblioteconomia ser a atividade mais antiga de organização de documentos, no seu todo não é uma área cientificamente fundamentada e que “[...] encontra na Ciência da Informação a possibilidade de construção de referenciais teóricos e de conquista de status científico”.

Mas, como bem observa Vakkari (1994), não devemos esquecer que historicamente a Biblioteconomia é anterior a Ciência da Informação, e que no seu percurso está registrado todo um esforço em busca de bases conceituais e da construção de princípios teóricos para nortear as ações da área.

O marco fundamental para o campo foi a obra de Gabriel Naudé (1600-1653), *Advis pour dresser um bibliothéque* (1627), o primeiro manual para bibliotecários, que formalizou as bases conceituais da Biblioteconomia, abrindo caminho para a afirmação de importantes conceitos, como a ideia de ordem bibliográfica.

Após o surgimento da Ciência da Informação, devido a preocupação comum com os problemas de produção, comunicação e efetiva utilização da informação registrada, a relação entre as duas áreas se intensificou a tal ponto que passaram a ser confundidas como uma só. Mas, Saracevic (1996, p. 49) lembra que apesar do intenso contato entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, isso não significa que formem um único campo de conhecimento. O autor considera, inclusive, que existem diferenças bastante significativas em alguns aspectos críticos entre as duas áreas, como por exemplo:

- a) na seleção dos problemas propostos e a forma de sua definição;
- b) nas questões teóricas colocadas e nos modelos explicativos introduzidos;
- c) na natureza e no grau de experimentação e desenvolvimento empírico, assim como no conhecimento prático ou competências derivadas;
- d) nas ferramentas e abordagens utilizadas;
- e) na natureza e na força das relações interdisciplinares estabelecidas e sua dependência para o avanço e evolução das abordagens interdisciplinares.

Outros autores, como Vakkari (1994), Wersig (1993), Ingwersen (1992) e Pinheiro (2005, 2006), reconhecem que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação são campos próximos, porém distintos, com alguns interesses em comum.

Consideramos importante, portanto, resgatar a trajetória da Biblioteconomia para melhor compreender o processo constitutivo desse campo disciplinar e para situá-lo nas mudanças paradigmáticas ocorridas até o momento.

Desse modo, para entender os elementos que constituem esse campo, partimos do significado da palavra Biblioteconomia, buscando localizar a sua origem, por meio dos processos de organização e preservação da informação registrada ao longo do tempo. Em seguida, procuramos destacar os estudos que se constituem no arcabouço teórico e prático da Biblioteconomia, considerando que se trata de uma disciplina que sistematiza conhecimentos relativos a organização e administração de bibliotecas, incluindo-se todos os procedimentos que envolvem a manutenção e as atividades dessas instituições. Após, levando em conta o questionamento da cientificidade da Biblioteconomia, procuramos situar a área no atual quadro paradigmático. Por fim, tecemos algumas reflexões finais acerca das questões discutidas.

2 AS RAÍZES HISTÓRICAS DA BIBLIOTECONOMIA

O significado etimológico da palavra Biblioteconomia é composto por três elementos gregos: *biblion* (livro); *théke* (caixa); *nomos* (regra) aos quais se adicionou o sufixo *ia*. Etimologicamente, portanto, “biblioteconomia é o conjunto de regras de acordo com as quais os livros são organizados em espaços apropriados: estantes, salas, edifícios” (FONSECA, 2007, p. 1).

Assim, partindo da etimologia da palavra, podemos dizer que a Biblioteconomia está intrinsecamente ligada à biblioteca. É oportuno, portanto, seguir os avanços das bibliotecas na organização e armazenamento de documentos para assinalarmos as raízes da Biblioteconomia.

Ortega (2004, p. 2) informa que “a existência comprovada das primeiras coleções organizadas de documentos, ou o que se poderia chamar de primeira biblioteca primitiva, data do terceiro milênio a.C”. A autora refere-se à Biblioteca de Ebla, na Síria, a qual apresentava um acervo criteriosamente disposto em estantes, segundo o assunto. A organização encontrada nessa biblioteca “[...] vem sendo considerada a origem dos princípios da Biblioteconomia”.

Entre os séculos VII e VIII a.C surgem as grandes bibliotecas da Antiguidade, dentre elas a biblioteca de Alexandria, que representa o ápice desse período. Essa biblioteca, uma das maiores já conhecidas, sobreviveu a muitos saques e catástrofes naturais e parte do seu acervo “foi constituído [...] a partir de um decreto de Ptolomeu III em que todos os navios que parassem em Alexandria tinham que entregar seus livros para serem copiados”. Com essa

estratégia pretendia-se que a biblioteca “[...] abrigasse a totalidade do conhecimento humano registrado” (ORTEGA, 2004, p.2).

Na idade Média, predominaram as bibliotecas ligadas à ordens religiosas, tanto no Ocidente, como no Oriente. Os mosteiros e conventos foram os responsáveis pela preservação da antiga cultura greco-romana e definiam-se como bibliotecas. O advento da imprensa no ocidente propiciou o rompimento do monopólio que a Igreja exercia sobre a produção bibliográfica. A tarefa de reprodução de manuscritos realizada pelos copistas nos mosteiros aos poucos foi sendo retirada, passando a ser feita em oficinas especializadas. A produção dos livros tipográficos leva as bibliotecas e os bibliotecários de então a se distanciarem dos processos de organização dos documentos, mas em contrapartida, “[...] ganharam maior visibilidade pública e social” (ORTEGA, 2004, p. 3).

A relevância pública e social das bibliotecas ganhou impulso no século XVII, primeiramente nos países mais desenvolvidos da Europa e depois nos Estados Unidos, “[...] com o surgimento do conceito de biblioteca pública moderna, constituída de acervos gerais de livros e aberta gratuitamente ao público em horários regulares” (ORTEGA, 2004, p. 3). A partir de então, a biblioteca pública passou a representar a modernidade, em oposição às bibliotecas da antiguidade e da idade medieval que a antecederam. Em função do surgimento da biblioteca pública e do crescimento dos periódicos, a Biblioteconomia passou a trilhar novos caminhos.

Conforme assinalamos no início deste texto, alguns princípios da Biblioteconomia moderna foram escritos por Gabriel Naudé (1600-1653), que conceituou biblioteca tal como a conhecemos hoje e trabalhou com a ideia da ordem bibliográfica, a qual permitiria o acesso e o compartilhamento do saber (ORTEGA, 2004). Para isso, “[...] introduziu o empréstimo domiciliar, a encadernação para preservar, a estruturação dos catálogos de bibliotecas e o arranjo lógico de livros nas estantes” (MUKHERJEE, 1966, p. 105). Introduziu também a ideia de que o bibliotecário é o especialista responsável pela organização do conhecimento e em fornecer informações bibliográficas, facilitando seu acesso e uso (PINHEIRO, 2002).

Já no século XIX, Martin Schrettinger, na obra *Bibliothek-Wissenschaft* (1809-1829)¹, definiu o que à época poderia ser denominada Biblioteconomia como o resumo de todas as diretrizes teóricas necessárias para a organização intencional de uma biblioteca, indicando que o foco da Biblioteconomia é assegurar o acesso rápido e certo aos documentos na biblioteca.

¹ Schrettinger, M. **Versuch eines vollständigen lehrbuches der bibliothek-wissenschaft**. München: [s.n], 1809-1829. v. 1-3.

Contudo o termo Biblioteconomia foi usado pela primeira vez somente em 1839 na obra publicada pelo livreiro e bibliógrafo Léopold-Auguste-Constantin Hesse e intitulada *Bibliothéconomie: instructions sur l'arrangement, la conservation e l'administration des bibliothèques*. Portanto, é a partir do século XIX que efetivamente as técnicas e práticas dos bibliotecários começam a ser sistematizadas (ORTEGA, 2004).

A partir do século XIX a multiplicação das ciências e de suas aplicações tecnológicas faz surgir o fenômeno denominado de explosão documental. Preocupados com esse problema, os pesquisadores belgas Henri La Fontaine (1854-1943) e Paul Otlet (1868-1944) fundaram, no ano de 1895, o Instituto Internacional de Bibliografia. Esse Instituto estabeleceu as bases para a criação de uma grande bibliografia universal com o objetivo de reunir a produção mundial de impressos por meio do registro em fichas (FONSECA, 2007). Segundo Shera (1980, p. 91), para realizar essa tarefa, La Fontaine e Otlet “[...] tiraram da biblioteconomia suas técnicas e estratégia fundamentais”, pois utilizaram “[...] os catálogos de bibliotecas do tipo tradicional e escolheram o Sistema Decimal de Dewey como base de sua classificação”.

Ainda no século XIX, o aparecimento dos periódicos e sua crescente importância como veículos de publicação fez surgir a necessidade de organizar e indexar suas unidades de informação para possibilitar a recuperação do seu conteúdo. Em 1876, na primeira conferência da *American Library Association (ALA)*, os bibliotecários e bibliófilos diante das dificuldades encontradas para tratar tecnicamente e recuperar as informações contidas nesses documentos mostraram-se motivados em desenvolver esforços cooperativos. Mas essa iniciativa redundou em fracasso porque os serviços técnicos desenvolvidos pelas bibliotecas eram voltados para a organização e a classificação de monografias, ou seja, “[...] idealizados para reunir em uma proximidade física os documentos de conteúdos semelhantes” (ORTEGA, 2004, p. 4). Essa forma de organização tornou as bibliotecas inoperantes para trabalhar os periódicos. A partir daí, um grupo de especialistas passou a pensar em métodos e processos que dessem conta da diversidade intelectual dos conteúdos dos periódicos, o que deu origem à Documentação.

A Documentação surge, portanto, com a intenção de suprir as lacunas deixadas pelos bibliotecários, especialmente no que diz respeito ao tratamento dos documentos não convencionais. As práticas documentais se delinearão a partir dos trabalhos de Otlet e La Fontaine, “[...] que sistematizaram conceitos para Documentação a partir de estudos bibliográficos” (SIQUEIRA, 2010, p. 59). Os documentalistas evitavam a identificação com os instrumentos e termos adotados pela Biblioteconomia, focalizando seu trabalho no objetivo

de submeter os documentos a uma análise de conteúdo mais profunda do que aquela realizada até então pelos bibliotecários. De acordo com Shera (1980, p. 94), eles “[...] repeliam as técnicas biblioteconômicas, apesar deles mesmos se verem obrigados a reinventar métodos que há muito tinham sido adotados ou rejeitados pelos bibliotecários...”. Por outro lado, naquele momento, os bibliotecários estavam preocupados com a criação e disseminação das bibliotecas públicas.

O desentendimento entre bibliotecários e documentalistas resultou na segmentação das associações. Em 1908, um grupo de bibliotecários norte-americanos atuantes em bibliotecas especializadas resolveu desligar-se da *ALA* para formar sua própria associação, a *Special Libraries Association*, ao que se sucederam várias outras dissidências.

A divisão cada vez mais profunda entre Biblioteconomia e Documentação foi acompanhada não somente de uma complexidade institucional cada vez maior, mas também de sérias dúvidas sobre os fins e objetivos das bibliotecas. Os especialistas da Documentação eram homens de ciência que se preocupavam com os problemas relativos ao acesso dos conteúdos dos documentos, sob qualquer forma. Já os bibliotecários, com o desenvolvimento das tendências democráticas na sociedade moderna, passaram a se dedicar aos serviços para o público, através das bibliotecas públicas.

Segundo Ortega (2004, p. 6), “[...] o período que corresponde ao final do século XIX até metade do século XX foi marcado por uma divisão de interesses entre bibliotecas públicas e processos documentários”, especialmente nos Estados Unidos e Europa. Nos Estados Unidos a Biblioteconomia desenvolveu-se a partir de um paradigma institucional – as bibliotecas públicas - organizadas e definidas pelos parâmetros delineados pela Escola de Chicago². A documentação ganhou maior espaço na Europa, em especial na França. Muitos consideram que chegou ao seu auge no Congresso Mundial de Documentação Universal em Paris, quando sedimentou-se importantes discussões sobre normalização (catalográfica e bibliográfica), padronização de sistemas de classificação e elaboração terminológica da área, entre outras assuntos [...] (SIQUEIRA, 2010).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial os propósitos dos documentalistas ficam em segundo plano, prevalecendo as preocupações com as questões políticas, econômicas e bélicas. A informação passa a ter um valor estratégico para os governos, que investem mais em pesquisas científicas e tecnológicas desencadeando uma explosão informacional “[...] a partir

² A Escola de Chicago durante os anos 20 e 30 determinou o modelo de biblioteca nos EUA. A biblioteca era considerada como uma instituição social, portanto, com a responsabilidade de facilitar ao indivíduo o acesso ao conhecimento social acumulado, funcionando como uma organização voltada à memória cultural.

da qual se criou uma demanda para a emergência de um campo preocupado com a recuperação da informação, acesso e uso [das] novas tecnologias. [...] Nascia, assim, por volta da década de 60, nos EUA, a Ciência da Informação” (SIQUEIRA, 2010, p. 60).

As interconexões da Ciência da Informação, com a Biblioteconomia serão discutidas mais adiante quando evidenciarmos os questionamentos sobre a cientificidade desta última.

Após apresentar cronologicamente alguns fatos que compõem a história da Biblioteconomia enquanto área que realiza processos de organização, preservação, gestão e disponibilização de acervos bibliográficos, no item seguinte buscaremos identificar os fundamentos que embasam esses processos.

3 OS FUNDAMENTOS DA BIBLIOTECONOMIA

O aumento da produção bibliográfica, consequência da tecnologia (prensa gráfica), gerou a necessidade de novas ferramentas de organização, preservação e recuperação das coleções, o que levou vários estudiosos a se debruçarem sobre o problema.

Teóricos como Konrad Gessner (1516-1565), Francis Bacon (1561-1626), Gabriel Naudé (1600-1653), Jacques-Charles Brunet (1780-1867), Anthony Panizzi (1797-1879), Charles Ammi Cutter (1837-1903), Melvil Dewey (1851-1931), Ranganathan (1892-1972), são alguns que apresentam relevante contribuição na busca de novos métodos e técnicas para a organização e administração das coleções bibliográficas, conforme apontam os estudos de Pinheiro (2002).

Konrad Gessner (1516-1565), botânico e bibliófilo, deu uma grande contribuição à classificação, e registrou livros em Latim, grego e hebraico. No século XVI, elaborou um catálogo o qual chamou de *Bibliotheca Universalis* (Zurique, 1545) e num suplemento de título *Pandectaruim sive partitionum universalis* classificou os livros da biblioteca por assunto. Para Barbosa (1969), essa foi a primeira tentativa de um esquema de classificação bibliográfica, pois vale lembrar que não era uma simples arrumação de assuntos para livros de uma coleção, mas uma bibliografia impressa (BARBOSA, 1969).

Francis Bacon (1561-1626), com a obra *Chart of Learning*, publicada em 1905, deu grande contribuição aos estudos modernos sobre classificação. Em outra obra de sua autoria

Advancement of Learning, baseada no *Trivium* e *Quadrivium*, de Cassiodoro³, classificou as ciências em três grupos: 1º) poesia ou ciência da imaginação; 2º) história ou ciência da memória; 3º) filosofia ou ciência da razão. Esse sistema de Bacon veio influenciar a enciclopédia de Diderot e d'Alembert no século XVIII, também na classificação de Thomas Jefferson e posteriormente na classificação da *Library of Congress*. Dessa forma o sistema de classificação usado até hoje pelas bibliotecas foi idealizado por Bacon em 1605, usado por Brunet em 1810, modificado por Harris em 1870 e adotado por Dewey em 1876, o qual serviu de base para o sistema de Classificação Universal, conhecido como CDU (BARBOSA, 1969).

Gabriel Naudé (1600-1653), já referido anteriormente neste texto, é considerado um dos principais teóricos da Biblioteconomia. As ideias de Naudé incorporavam o espírito de progresso, liberdade de expressão e cultura, influenciando a Montaigne e Pierre Charron durante a Revolução Francesa. Esses valores revolucionários estimularam a ideia das bibliotecas como espaços públicos e universais, conceito esse criado por Naudé. De acordo com Calcaly (1997), em 1643 Naudé lançou um novo sistema de classificação na obra *Bibliotheca Cordesiane Catalogus*, que abrangia 12 classes: Teologia, Medicina, Bibliografia, Cronologia, Geografia, História, Arte Militar, Jurisprudência, Direito, Filosofia, Política e Literatura (CALCALY, 1997).

Jacques-Charles Brunet (1780-1867), no *Manuel du Libraire et de l'Amateur des Livres*, publicado em 1810, apresenta uma bibliografia internacional de livros raros surgidos até a época de sua publicação. Para facilitar a consulta a esse manual, Brunet elaborou um sistema que chamou de *Table méthodique*, com as respectivas classes que formam as outras cinco partes do livro: Teologia, Jurisprudência, História, Filosofia e Literatura. Esse sistema foi usado na Europa por mais de um século, principalmente nos arranjos bibliográficos, nas listas de livreiros e nas coleções particulares (BARBOSA, 1969).

Anthony Panizzi, bibliotecário, junto com seus colaboradores, elaborou as 91 regras de catalogação publicadas em 1839 na Inglaterra, denominadas *Rules for the Compilation of the Catalog: Catalogue of Printed Books in British Museum*. Essa obra teve sua aprovação pelos autores do Museu Britânico em 1841 e sua última edição é de 1936. Após a publicação, bibliotecários ingleses iniciaram uma série de discussões sobre, por exemplo, a questão da padronização de normas para catalogação. As regras de Panizzi iriam influenciar sobremaneira as práticas de catalogação, de tal modo que uma de suas características é

² Reuniu dois grandes grupos em uma divisão de artes liberais que ficaram conhecidas como Trivium: Gramática, Dialética e Retórica; Quadrivium: Geometria, Aritmética, Astronomia e Música (formam as Sete artes liberais).

defendida até hoje: a valorização da folha de rosto. As demais regras deram margem a discussões por conta dos excessos da parte de descrição do material bibliográfico. Em seguida, Charles C. Jewett (1816-1868) publicou, em 1853, para o *Smithsonian Institution* dos Estados Unidos, outro código contendo 33 regras, baseadas nas regras de Panizzi, com algumas modificações. Jewett, deu ênfase às obras escritas sob pseudônimo e à questão de autoria coletiva, deixando sua marca com a ideia de elaboração de um catálogo coletivo das bibliotecas americanas, mas infelizmente não conseguiu realizar esse catálogo (BARBOSA, 1969).

Charles Ammi Cutter (1837-1903), que segundo Barbosa (1978, p. 28) foi “[...] a figura mais brilhante do século XIX”, publicou em 1876 a obra *Rules for a Printed Dictionary Catalog*. O código de Cutter continha 369 regras, que receberam inúmeras críticas em relação aos detalhes, tidos como desnecessários. No entanto, afirma Barbosa (1969, p. 103), esse teórico marcou sua trajetória na Biblioteconomia, pois sua tabela de notação de autores conhecida como Tabela de Cutter é usada até hoje pelas bibliotecas, sendo conhecido por muitos como o “pai do catálogo dicionário”. A última edição dessa obra, em 1904, quase coincidiu com a redação do primeiro código da *American Library Association (ALA)*, em 1908, influenciando seu desenvolvimento (BARBOSA, 1969, p. 103).

Melvil Dewey (1851-1931) inventou o sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD). Tomando o universo como base para a divisão do conhecimento, subdividiu-o obedecendo três importantes características: razão, imaginação e memória. Dewey inspirou-se para ordenar suas classes principais na classificação de Francis Bacon. Desse modo, desenvolveu um sistema para classificação de livros usando classes decimais de 000-999, dividindo os livros de não ficção em 10 categorias. Seu trabalho criou uma revolução na organização das bibliotecas americanas, iniciando uma nova era para a Biblioteconomia. Dewey é considerado o “pai da Biblioteconomia moderna”, tendo alterado a sua conotação de simples vocação para uma profissão moderna. Ele ajudou a criar a *American Library Association (ALA)* e a primeira escola de Biblioteconomia da América, em 1887, quando era bibliotecário do *Columbia College*, hoje Universidade de Columbia (BARBOSA, 1969).

Ranganathan (1892-1972), considerado o maior bibliotecário do século XX, foi mais do que um modernizador da profissão bibliotecária. Ele revolucionou a profissão na Índia e no Mundo através da sólida contribuição de suas obras em todos os aspectos. Criou o primeiro esquema de classificação facetado do mundo, baseado em Cinco Categorias Fundamentais (PMEST), cujo corpo teórico prevalece até os dias de hoje. Esse sistema permite várias

aplicações na organização do conhecimento, sistematização e recuperação da informação, seja em ambiente automatizado ou não. Para ele, a classificação e os sistemas de classificação não eram somente técnicas, mas também estruturas profundamente teóricas e sempre com implicações filosóficas. Ele tratou a Biblioteconomia como um todo e, com base nas inter-relações entre os seus mais diversos serviços, estabeleceu as cinco leis da Biblioteconomia: 1ª lei: Os livros são para serem usados; 2ª lei: Para cada leitor, seu livro; 3ª lei: Cada livro para seu leitor; 4ª lei: Poupe o tempo do leitor, com o corolário: poupe o tempo dos profissionais; 5ª lei: A biblioteca é um organismo em crescimento (RANGANATHAN, 2009).

Essas leis, embora enunciadas de forma simples têm profundidade de significado e conteúdo, contêm uma completa filosofia para a Biblioteconomia e fornecem uma moldura conceitual para desenvolver diversos princípios normativos para a organização de bibliotecas e serviços, segundo linhas científicas. A formulação das cinco leis marcou o início de uma nova era para a Biblioteconomia, mostrando que a área é capaz de produzir princípios científicos.

As leis da Biblioteconomia constituem-se em princípios aplicáveis até hoje pelas bibliotecas e orientam todas as práticas bibliotecárias, pois são suficientemente flexíveis para reconhecer os conceitos modernos de disponibilidade, acessibilidade e exposição dos recursos de informação.

Contudo os estudos desenvolvidos por esses teóricos estavam voltados para a organização e classificação dos livros, mas, conforme já ressaltado, no final do século XIX, com o aumento da produção bibliográfica, da pesquisa científica e o surgimento de novos suportes, torna-se necessário o desenvolvimento de outras técnicas para organizar e administrar os conteúdos bibliográficos. A partir daí a Documentação abriu espaço e a Biblioteconomia trilhou outros caminhos, levando ao questionamento da sua cientificidade enquanto campo produtor e sistematizador de conhecimentos teóricos para fundamentar os procedimentos utilizados pelas bibliotecas, como veremos a seguir.

4 A DISCUSSÃO SOBRE A CIENTIFICIDADE DA BIBLIOTECONOMIA

De fins do século XIX à primeira metade do século XX, a Documentação teve maior ênfase na Europa e a Biblioteconomia desenvolveu-se nos Estados Unidos a partir do movimento das bibliotecas públicas, ou seja, a partir de um paradigma institucional. A visão da biblioteca como uma instituição social era defendida pela Escola de Chicago, que dos anos

30 até os anos 60 foi considerada o centro intelectual da Biblioteconomia nos Estados Unidos. Com abordagem teórica baseada nas Ciências Sociais, a pesquisa em Biblioteconomia da Escola de Chicago teve como foco a questão da função social da biblioteca e do bibliotecário, vendo a biblioteca como uma organização social voltada à memória sociocultural. Essa orientação refletiu-se na literatura produzida pelos pesquisadores da Escola e “[...] pesquisadores da década de 70 criticaram a Escola de Chicago por esta não sustentar uma abordagem científica” em seus estudos, afastando a área das questões relacionadas ao tratamento documentário e mecanização dos acervos e serviços de bibliotecas, o que os documentalistas europeus já estudavam desde o final do século XIX (ORTEGA, 2004, p. 7).

Mas, mesmo tendo uma vertente fortemente voltada para a função social da biblioteca e do bibliotecário, não se pode negar que é com a Escola de Chicago que os problemas relacionados à área da Biblioteconomia começam a ser efetivamente estudados nos Estados Unidos.

Apoiado nos estudos da Escola de Chicago, Miksa (1992) defende que o paradigma da Biblioteconomia está centrado na ideia da biblioteca como uma instituição social, tendo em vista que organiza o conhecimento e disponibiliza-o para a sociedade.

Para o autor, a função maior e mais relevante da biblioteca é promover o acesso e uso do seu acervo. No seu entendimento, é para isso que a biblioteca existe e todos os processos e serviços que desenvolve são para viabilizar o seu uso e atender o seu público de forma eficaz. Em resumo, para Miksa (1992, p. 232),

[...] o paradigma da biblioteca como uma instituição social começa com a existência de um fenômeno institucional conhecido – a biblioteca – e o caracteriza em função de suas propriedades e funções sócio-institucionais.

Souza (1996) concorda com Miksa, mas defende que o novo paradigma da Biblioteconomia é a informação. Para esse autor, a Biblioteconomia é uma ciência empírica que ainda não se consolidou porque sua experiência positiva não vai além do uso da organização e sistematização que servem de instrumentos para localizar, controlar a identificação e recuperação de documentos: “[...] uma quase ciência que pouco extrapola o bom senso codificado” (SOUZA, 1996, p. 2).

Realmente, de modo geral, os estudos desenvolvidos pela Biblioteconomia, como a classificação de Blis, Cutter e Richardson, foram influenciados pelo empirismo. A própria CDU, cuja base é a CDD, está baseada não numa concepção filosófica da estrutura do conhecimento, mas no empirismo e na prática. A CDU, no dizer de Vickery (1980, p. 192), “[...] é simplesmente um sistema de recursos práticos para a análise multidimensional do

conhecimento". Nesse sentido as principais áreas de pesquisa na Biblioteconomia estão sendo norteadas pelas questões que fundamentam a organização de bibliotecas e centros de informação. Para Vickery (1970), essas questões formam uma estrutura decisória que tem os usuários como preocupação central dessas instituições. -Na sua concepção, todo o esforço de investigar problemas com o objetivo de encontrar soluções nas bibliotecas e centros de informação possui um caráter aplicado.

Para mudar esse quadro, Butler (1971, p. 8), propõe uma construção teórica da Biblioteconomia a partir de problemáticas sociológicas, psicológicas e históricas, derivada de uma ciência biblioteconômica. Para ele, a Biblioteconomia se tornará científica “[...] na medida em que adaptar o que lhe é essencial aos métodos habituais de pensamento da mente moderna”.

Para Kremer (1983, p. 218), “[...] o estudo da Biblioteconomia somente poderá atingir o reconhecimento de uma verdadeira ciência, quando um referencial teórico geral for desenvolvido”. Nesse sentido, a Biblioteconomia tem sido considerada uma técnica, visando organizar e disseminar a informação, sem se preocupar com a fundamentação teórica, que legitima sua existência. Inclusive, Butler (1971) critica a postura de alguns profissionais que parecem se desinteressar pelos aspectos teóricos da profissão, diferentemente de outros colegas de campos de atividades diferentes. Talvez essa postura tenha contribuído para que a Biblioteconomia se depare com uma resistência ao que se refere a sua cientificidade.

De modo geral, nos tempos modernos, a Biblioteconomia se apresenta como um campo carente de fundamentação teórica e, para reverter esse quadro, Butler (1971) defende a ênfase no exercício interdisciplinar. Esse exercício demandaria uma adaptação essencial aos métodos habituais do pensamento moderno, ou seja, o intercâmbio mútuo e contínuo de ideias com outros campos do saber, o uso de resultados de outras ciências e as descobertas da Biblioteconomia sendo fornecidas às demais. “O campo do novo empreendimento será sempre considerado essencialmente como apenas um aspecto do complexo maior que é a atividade humana” (BUTLER, 1971, p. 19).

Dentre esses campos, a Ciência da Informação é considerada como a disciplina que mantém uma relação mais significativa e desenvolvida com a Biblioteconomia. A partir da década de 1960 a produção teórica sobre as relações entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação intensifica-se, com vários autores atestando essa relação sem, contudo, negar as especificidades de cada campo, conforme já discutimos no início deste texto.

Atualmente a informação transformou-se em fenômeno social, analisado em vários campos científicos. Esse fenômeno levou a Biblioteconomia a ampliar e aprofundar as observações e análises relativas aos problemas da área por intermédio da assimilação de recursos de outros campos de conhecimento que lhe permitissem estudar e entender a produção e o registro de informações, seu armazenamento em diversos suportes, a organização para seu acesso, o processo de recuperação e as consequências socioculturais de seu uso. Não podemos negar que com relação a essas questões, as investigações desenvolvidas pela Ciência da Informação têm colaborado na formulação de conceitos, teorias e metodologias que permitiram à Biblioteconomia progredir cientificamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos no transcorrer deste texto que a Biblioteconomia está diretamente ligada ao surgimento das bibliotecas, por isso pode ser considerada como uma das disciplinas mais antigas cujo propósito é sistematizar conhecimentos relativos à seleção, aquisição, armazenamento, tratamento, disseminação, acesso e uso da informação.

O percurso histórico da Biblioteconomia mostra que os estudos desenvolvidos pelos teóricos da área estavam voltados para os livros, no entanto no final do século XIX, o contínuo desenvolvimento da ciência e da tecnologia provocou o advento de variados tipos de documentos chamados *não convencionais*, dentre esses os periódicos, que surgiram com uma característica diferenciada dos livros, que até então constituíam a matéria prima da Biblioteconomia.

A crescente importância dos periódicos levou à necessidade da criação de novas técnicas de recuperação da informação, visto que eram constituídos por unidades (textos) com autorias e conteúdos diferenciados. A partir daí, os estudos e as aplicações práticas para esse segmento foram desenvolvidos pelo grupo de documentalistas e os bibliotecários ficaram com a atribuição de tratar somente dos documentos que apresentavam conteúdos semelhantes. Isso fez com que a Documentação e a Biblioteconomia se afastassem, trilhando caminhos diferentes.

Os estudos desenvolvidos pela Biblioteconomia, liderados pela Escola de Chicago, centraram-se na função social da biblioteca e do bibliotecário. Contudo, esses estudos foram criticados por pesquisadores da década 1970 por não sustentarem, na visão deles, uma abordagem científica.

A discussão em torno da cientificidade, ou não, da Biblioteconomia persiste na literatura da área. No desenrolar dessa discussão vimos que alguns teóricos defendem a ideia de a Biblioteconomia ser uma técnica e não uma ciência, - por não ter um corpo teórico sólido. Para outros é uma ciência que está em fase de desenvolvimento.

Mas, de modo geral, a Biblioteconomia tem avançado em suas pesquisas e procurado se adaptar a nova realidade que o advento tecnológico apresenta: a organização da informação no espaço virtual. Essa exigência tem levado os profissionais da área a pensarem em um modelo que atenda não somente aos documentos físicos, mas também aos documentos digitais. Vários estudos nesse sentido foram apresentados quando a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) promoveu, em 2003, uma série de encontros para discutir novos rumos para a catalogação, viabilizando a Revisão Mundial dos Princípios de Catalogação. Depois desses encontros, cujos objetivos foram atualizar os padrões internacionais de catalogação, surgiu a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação⁴. Assim, podemos concluir que a Biblioteconomia vem se aprimorando nas técnicas de organização do conhecimento, bem como no aprimoramento de seus padrões de representação e recuperação da informação.

O panorama histórico aqui apresentado permitiu uma melhor compreensão dos fenômenos, práticas e particularidades que refletem o escopo da Biblioteconomia, bem como permitiu perceber que, embora o campo não possua até hoje um corpo teórico sólido, possui, contudo, princípios e teorias que embasam suas ações. Não se pode afirmar, portanto, que a área não possui uma prática fundamentada.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG: Brasilart, 1978.

BUTLER, Pierce. **Introdução à ciência da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

⁴ Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação. Tradução para o português Lídia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 20.05.2012

CALCALY, Serge (Dir.). **Dictionnaire encyclopédique de l' information et de la documentation**. Paris: Nathan, 1997.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução a biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 2007.

INGWERSEN, Peter. Conceptions of information science. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (Eds.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. London: Taylor Graham, 1992. p. 299-311.

KREMER, Jeanette Marguerite. Considerações sobre o ensino de métodos de pesquisa. **R. Bibliotecon**. Brasília, v.11, n.2, p.221-230, jul. /dez. 1983. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/RBB/article/viewFile/409/405>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

MIKSA, Francis L. Library and information science: two paradigms. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (Eds.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. London: Taylor Graham, 1992. p. 229-251.

MUKHERJEE, Ajit Kumai. **Librarianship. Its philosophy and history**. Bombay: Asia Publishing House, [c1966].

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v.5, n. 3, p. 1-16, out. 2004.

PINHEIRO, Ana Virgínia. **Produção do Registro do Conhecimento I** (Planos de Aulas). Rio de Janeiro, 2002.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Evolução e tendências da ciência da informação no exterior e no Brasil: quadro comparativo a partir de pesquisas históricas e empíricas. In: VI ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. GT 1: Estudos históricos e Epistemológicos. Florianópolis, 2005. Disponível em CD-ROM.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Movimentos interdisciplinares e rede conceitual na Ciência da Informação**. Trabalho apresentado no VII ENANCIB. Marília, 2006. p.1-12. Disponível em: <<http://www.portalppgci.marilia.unesp.br>>. Acesso em: 8 ago. 2010.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Briquet de Lemos: Brasília, DF, 2009.

SARACEVIC, Tekfo. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SIQUEIRA, Jéssica Camara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.15, n. 3, p. 52-66, set./dez.2010.

SHERA, Jesse Hauk. Sobre a Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, Hagar Espanha. (Org.). **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p.91-105.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Os paradigmas da biblioteconomia e suas implicações no ensino desta ciência**. Florianópolis: UFSC/CCE/NUP, v. 1, n. 2, 1996. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br/bibli2.html>>. Acesso em: 18 jan. 2011.

VAKKARI, Pertti. Library and information science: its content and scope. **Advances in Librarianship**, v. 18, p. 1-55, 1994.

VICKERY, Brian Campbell. Aspectos históricos da classificação da ciência. In: **Classificação e indexação das ciências**. Trad. de Maria Christina Girão Pirolla. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. p. 187-223.

VICKERY, Brian Campbell. Methodology in research. **Aslib Proceedinge**. London., v.22, n. 12, p. 597-606, 1970.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, p. 229-239, 1993.

Librarianship: genesis, history and fundamentals

Abstract: For discussion of scientific theories of librarianship, this text seeks to resume his career to better understand the process of incorporation of this disciplinary field and to situate it in the paradigmatic changes that have occurred so far. To understand the elements that constitute this field, part of the meaning of the word librarianship, seeking to find its origin through the processes of organization and preservation of recorded information over time. Then highlights the studies that are in the theoretical and practical framework of librarianship, taking into account that this is a discipline that systematized knowledge of the Organization and administration of libraries, including all procedures involving the maintenance and activities of these institutions. After taking into account the question of the science of library science seeks to situate the paradigmatic framework in the current area.

Keywords: Librarianship. Librarianship epistemology. Librarianship History. Librarianship Foundations.

Informação dos autores:

Ana Paula Lima dos Santos

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bibliotecária da Superintendência de Documentação - Sistema de Bibliotecas e Arquivos da UFF. Endereço postal: Av. Rio Branco s/n. São Domingos, Gragoatá, CEP 24020-006 - Niterói, RJ. Tel (21) 2629-2781. Email: annasorriso@ig.com.br.

Mara Eliane Fonseca Rodrigues

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Endereço postal: Departamento de Ciência da Informação, Rua Lara Vilela 126, São Domingos, CEP 24210-590 - Niterói, RJ. Tel. (21) 2629-9758. E-mail: maraeliane121@gmail.com.



Artigo recebido em 03/04/2013 e aceito para publicação em 21/11/2013.